

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 026/2025, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

Senhor Presidente e demais Vereadores,

Com a finalidade de aprimorar e fortalecer as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e a agricultura familiar em nosso Município, encaminho à apreciação e deliberação desta Colenda Casa Legislativa o Projeto de Lei Nº 026/2025.

Este Projeto de Lei propõe a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), vinculado à Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente (SEDEMA), que terá caráter consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo.

➤ Principais Pontos do Projeto de Lei:

- Criação do CMDRS: O novo Conselho substituirá o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, revogando a Lei nº 318/2001.
- Composição Paritária: O CMDRS será composto por um colegiado de 12 (doze) membros e seus respectivos suplentes, distribuídos paritariamente entre o Poder Público e a Sociedade Civil.
- Representatividade: Incluem representantes de Secretarias afins (como SEDEMA, Educação e Infraestrutura), Câmara Municipal, EMATERCE, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, associações de Assentamentos (Redonda e São Francisco), e entidades como a COOPAMI e a Rede de Empreendedores.
- Atribuições Chave: O Conselho terá, entre suas atribuições, a de deliberar sobre políticas de desenvolvimento rural sustentável, participar da elaboração de planos municipais de agricultura familiar, e formular e propor políticas públicas para o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Mandato: Os membros terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

A criação do CMDRS é uma medida fundamental para assegurar a efetiva e legítima participação dos diversos segmentos sociais na discussão e elaboração

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICA

Secretaria de Governo – Assessoria Jurídica



GOVERNO MUNICIPAL DE

ICAPUÍ

A
RENOVAÇÃO
CONCEA
ABDRAT

do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), visando um desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.

Contando com a costumeira atenção dos Nobres Edis para a aprovação deste importante Projeto, reitero os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:00452701392

Assinado de forma digital
por FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:00452701392

FRANCISCO KLEITON PEREIRA
Prefeito Municipal de Icapuí/CE

PROJETO DE LEI Nº 026/2025, DE 04 DE NOBEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, REVOGA A LEI Nº 318/2001, DE 26 DE JUNHO DE 2001, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

3

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUI, Estado do Ceará, FRANCISCO KLEITON PEREIRA no uso de suas atribuições legais, constantes na Lei Orgânica do Município e em conformidade com os dispositivos constitucionais em vigor, faz saber que a Câmara de Icapuí aprovou e ele sancionou e promulga a presente lei:

- Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), vinculado à Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente (SEDEMA) do Município de Icapuí.
- Art. 2º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) é um órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo, no âmbito de suas competências, sobre as políticas públicas agrícolas, agropecuárias e agronômicas voltadas para a agricultura familiar propostas nesta e nas demais leis correlatas do Município.
- Art. 3º - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) terá como atribuições:
 - I - Deliberar sobre políticas de desenvolvimento rural sustentável;
 - II - Participar da elaboração de planos municipais de agricultura familiar;
 - III - Aprovar programas e projetos de fomento rural;
 - IV - Promover estudos e pesquisas sobre a realidade do campo;
 - V - Assessorar, articular, integrar, fiscalizar e propor políticas públicas voltadas para agricultura familiar, visando o desenvolvimento rural sustentável do município.
 - VI – Promover o desenvolvimento rural sustentável do município, assegurando a efetiva e legítima participação de representações dos diversos segmentos sociais e movimentos na discussão e elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - PMDRS, de forma a que este contemple estratégias, ações, programas e projetos de apoio e fomento ao desenvolvimento econômico e social, em bases sustentáveis, do Município;
 - VII - A execução, a monitoria e a avaliação das ações previstas no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, os impactos dessas ações no desenvolvimento municipal e propor redirecionamento;

VIII - A formulação e a proposição de políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;

IX - A aprovação e compatibilização da programação físico-financeira anual, a nível municipal, dos programas que integram o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, acompanhados e o desempenho e apreciando relatórios de execução;

X - A formulação e proposição de ações, programas e projetos no Plano Municipal de Desenvolvimento Sustentável para o Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Municipal;

XI - A elaboração, o monitoramento e a avaliação de Planos, Programas, Projetos, Ações e Atividades, de natureza transitória ou permanente;

XII - Integrar-se ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural – CEDR da região onde se encontra o município;

XIII - A consulta quanto ao público beneficiário, a localização, ao período adequado e as demais informações para a composição dos investimentos governamentais no município;

XIV - A instalação de Comissões, Câmaras ou Comitês específicos para deliberar, e/ou executar, acompanhar e avaliar ações e atividades específicas;

XV - A interlocução privilegiada junto aos Órgãos Públicos para sugerir adequações e denunciar as irregularidades das suas ações;

XVI - A compatibilização entre as políticas públicas municipal, territorial, estadual e federal voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e para a conquista e consolidação da plena cidadania no Município;

XVII - O estímulo à implantação e reestruturação de organizações representativas de segmentos sociais, tanto no meio urbano, quanto rural, estimulando-as, também para participação no CMDRS;

XVIII - A articulação com os municípios vizinhos visando à elaboração, qualificação e implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável;

XIX - Identificação, encaminhamento e monitoramento de demandas relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar e outros segmentos sociais fragilizados;

XX - Recomendar critérios técnicos para implementação de Projetos Sustentáveis;

XXI - Buscar o melhor funcionamento e representatividade do Conselho, através do estímulo a participação de diferentes atores sociais do Município, estimulando a participação de organizações representativas de mulheres, jovens e outros grupos sociais.

XXII - Monitorar, avaliar e fiscalizar a execução dos convênios, programas e ações de desenvolvimento rural sustentável da Agricultura Familiar e Reforma Agrária;

XXIII - Promover audiências públicas de caráter, regional e local sobre as políticas públicas relativas ao desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Art. 6º - O mandato dos membros do CMDRS será de 02 (dois) anos e será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Parágrafo único. Os membros poderão ser reconduzidos por igual período, bem como substituídos.

Art. 4º - O CMDRS será composto paritariamente distribuído entre poder público e sociedade civil, pelas secretarias e departamento afins do poder público, e entidades sociais ligadas ao desenvolvimento da agricultura familiar e extensão rural, ficando constituída por um colegiado de 12 (doze membros) e seus respectivos suplentes, da seguinte forma:

I - 01 representante da EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará;

II - 01 representante da SEDEMA- Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento, Agricultura e Meio Ambiente;

III - 01 representante da Secretaria de Educação;

IV - 01 representante da Secretaria de Infraestrutura;

V - 01 representante da Câmara Municipal;

VI - 01 representante do Instituto Municipal de Fiscalização e Licenciamento Ambiental;

VII - 01 representante do Sindicato dos trabalhadores rurais do município;

VIII - 01 representante de uma das associações do Assentamento Redonda;

IX - 01 representante de uma das associações do Projeto de Assentamento São Francisco;

X - 01 representante de uma das associações da comunidade do Arisa ou do Gravier.

XI - 01 representante da Rede de Empreendedores;

XII - 01 representante da Cooperativa de Pesca, Agricultura e Aquicultura Marinha de Icapuí – COOPAMI.

Art. 9º- São órgãos integrantes do CMDRS: Presidência e Secretaria Executiva;

Art. 10 - O Conselho deverá manter um livro de ata onde serão registrados todas as decisões e fatos ocorridos por ocasião das reuniões.

Art. 11 - Para fins de análise e aprovação de projetos, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) receberá toda a documentação pertinente ao público beneficiário.

Art. 12 - Deverá ser consultado o CMDRS em casos de modificações em ações e metas constantes dos projetos, sendo necessário parecer da entidade conveniada para ocorrer tais mudanças.

ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICA

Secretaria de Governo – Assessoria Jurídica



GOVERNO MUNICIPAL DE

ICAPUÍ

A RENOVACÃO
CONHEÇA
AGORA!

Art. 13 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) terá um prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua instalação, para elaborar seu Regimento Interno, dispondo sempre sobre a organização, funcionamento e atribuições e enviará ao Chefe do poder executivo que a aprovará por Decreto.

Art. 14 - Fica revogada a Lei nº 318/2001, de 26 de junho de 2001, que institui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, e dá outras providências.

Art. 15º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:004527013
92

Assinado de forma digital
por FRANCISCO KLEITON
PEREIRA:00452701392

FRANCISCO KLEITON PEREIRA
Prefeito Municipal de Icapuí/CE.